

O Colapso da Utopia Cultural e o Nascimento da Tecno-Utopia

The Collapse of Cultural Utopia and the Birth of Techno-Utopia

Filipe Batuca
Escola Superior de Educação
Portalegre, Portugal
filipebatuca@gmail.com

Henrique Gil
¹ESECB: IPCB & ²CAPP: ISCSP - UL
¹Castelo Branco, Portugal
hteixeiragil@ipcb.pt

Luís Cardoso
Escola Superior de Educação
Portalegre, Portugal
lmc Cardoso@esep.pt

Resumo - A crítica da tecnociência acontece como consequência da implementação do processo industrial de produção em massa e as consequentes condições de trabalho dos operários, e mais tarde com o trauma da Primeira Guerra Mundial, com seus campos de concentração, e as suas bombas atômicas que tomaram milhões de vidas no decurso de inúmeras batalhas. É neste contexto posterior às guerras que os intelectuais e os políticos fazem renascer os valores humanistas. Estes renascem das cinzas de um mundo devastado e caótico. Estes valores ressuscitados permitem-nos distinguir o antes e o depois das guerras mundiais. É neste contexto, que todos os políticos e intelectuais tentam colocar-se como barreiras para impedir uma nova barbárie. É por isso que nasce na segunda metade do século XX a utopia cibernética - a utopia da informação.

Palavras-Chave: Utopia; tecnologia; informação; sociedade.

Abstract - The critique of techno science happens as consequence of the implementation of the industrial process of mass production and the consequent conditions of employment of workers, and later with the trauma of World Wars with their concentration camps, with their atomic bombs that taken millions of lives in the course of countless battles. It is in this context later wars that intellectuals and politicians reborn humanistic values. These are reborn from the ashes of a devastated and chaotic world. These resurrected values allow us to distinguish before and after the horrors caused by the world wars. It is in this context that all politicians and intellectuals try to put up as barriers to prevent a new barbarism. That is why it is born in the second half of the twentieth century cyber utopia - the utopia of information.

Keywords: Utopia; technology; information; society.

I. INTRODUÇÃO

As utopias criadas a partir do século XVI realizaram-se sempre de uma forma que pode ser considerada estranha, em especial as utopias referentes à sociedade de trabalho.

Fábricas-conventos, fábricas-prisões, fábricas sem salário foram sempre as utopias dos patrões, mas estas ideias são vistas de forma caricatural quando olhadas pela luz da contemporaneidade. Desde o século XVI que o trabalho tem vindo a ser glorificado, bastando para compreender esta noção considerarmos o que existia de trabalho na Idade Média: era uma noção de penalização, de dor, de cansaços insuportáveis e de esforços extremos. A partir do século XVI, o trabalho ascendeu da mais humilde e desprezada posição, ao nível mais elevado e à mais valorizada das atividades humanas.

A ideia seguiu o seu curso quando Adam Smith afirmou que o trabalho era a fonte de toda a riqueza e alcançou o seu ponto culminante no “sistema de trabalho” de Marx, onde o trabalho passou a ser a “fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem” [1]. A glorificação do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada. A partir desse momento, começou a alimentar-se ilusões no que concerne ao trabalho, no sentido de que a labuta humana deixou de ter barreiras e poderia atingir uma produtividade máxima, como se acreditava na época. Esta nova pujança industrial levou a considerar a fábrica como lugar de excelência para o ato de produção social, de mercadorias através da maquinaria, e das formas de organização industrial. Desta forma, a fábrica tornou-se o lugar de superação da condição humana, e por isso Engels escreveu que “a invenção da máquina a vapor e da máquina para trabalhar o algodão, deu lugar como é

sobejamente conhecido a uma Revolução Industrial que transformou toda a sociedade civil” [2].

Os primeiros homens viram-se constrangidos pela pregação moral do tempo útil e do trabalho edificante, sentiram por isso em todos os momentos da sua vida a pressão e o poder destrutivo desse novo princípio normativo da sociedade – o trabalho na fábrica. Desde o século XVII que os homens pobres se tiveram de submeter aos rígidos padrões do trabalho organizado. A Revolução Industrial exigiu do homem pobre a submissão completa ao patrão. Foi a partir do século XVIII que o homem pobre foi introduzido no mundo burguês. A sociedade burguesa conseguiu incutir no operário um relógio moral, a fábrica por conseguinte aparecendo como uma realidade estereotipada onde o tempo útil encontrou o seu lugar de eleição. Numa época de alta produtividade, o operário era obrigado a existir como apêndice da máquina, pois as pessoas que se encontravam a trabalhar nos teares estavam lá forçadas, porque estas não podiam existir de outro modo, muitas vezes eram pessoas cujas famílias tinham sido destruídas e os seus interesses completamente arruinados, e seriam finalmente estas pessoas a colonizar as cidades industriais.

Análise da Utopia na contemporaneidade

O trabalho de interpretação das realidades contemporâneas facilmente nos conduz à conclusão de que tanto a um nível individual como a um nível grupal, os seres humanos produzem fórmulas teóricas e sistemas conceptuais de organização da realidade que merecem frequentemente os nomes de ideologia e de utopias. Já há muito que se deixou de acreditar, no âmbito das disciplinas sociais, numa pretensão de objetividade radical e numa definitiva neutralidade do saber. Minayo afirma mesmo que *“a neutralidade da investigação científica é um mito”* [7].

O conhecimento científico é uma tentativa constante de aproximação da realidade e da verdade. É um facto que a verdade absoluta é indizível, mas as ciências sociais e as ciências naturais tentam acercar-se dela: *“a verdade absoluta jamais será conhecida, todo o processo de conhecimento é um processo de acercamento, de aproximação à verdade. Dentro do conhecimento científico há níveis maiores ou menores de aproximação da verdade”* [3].

A diversidade dos enfoques de abordagem, o condicionamento social da cognoscibilidade, a irreprimível atividade do dinamismo imaginativo, a pulsão de fatores extrarracionais, de índole emotiva, e os “feedbacks” de autojustificação e de autolegitimação, constituem alguns dos fatores que configuram e refiguram a “imagem” da realidade e a sua leitura. Daqui procedem as ideologias e as utopias.

As ideologias revestem-se de um carácter cerrado e concluído, por oposição às utopias que, ao menos tendencialmente, se furtam com maior facilidade aos ditames da imposição dogmática. Entendemos ser hoje impossível o

estudo das realidades sociopolíticas, culturais, religiosas e científicas, sem um aprofundado debate dos vetores ideológicos e/ou utópicos que operam em todas as regiões em que se pretenda exercer um trabalho teórico consistente.

A sociedade que não sonha, que não deseja, que não imagina, é uma sociedade perdida e sem rumo, à deriva, porque é fulcral desejar, já que o desejo é a base da imaginação e é esta que faz avançar a sociedade. Por isso, a frase de Einstein faz todo o sentido: *“a imaginação é mais importante do que o conhecimento”*. As realidades importantes do presente já foram utopias sonhadas no passado; assim acontecerá no futuro a muitas utopias de hoje. Por isso, é crucial continuar a sonhar.

A utopia possui duas funções: de anúncio e de denúncia. Por isso, toda a utopia é uma voz que pretende mudar o mundo, é uma voz política. Ao falarmos de utopia e sociedade, é forçoso explicitarmos o teor político das utopias, que em diferentes momentos históricos deram expressão aos mais profundos desejos e anseios das comunidades humanas.

A revolução industrial e os avanços científicos do século XIX materializaram muitas das tecnologias imaginadas pelos utopistas ao longo dos séculos passados. No entanto, este imenso progresso científico ficaria também marcado por uma mentalidade crítica em relação ao avanço tecnológico e ao sonho utopista da concretização da sociedade perfeita. Esta mentalidade crítica ganhou traços profundos no decorrer do século XX. A crítica da tecnociência acontece nesta época devido à concretização dos processos industriais de produção em massa e as consequentes condições de trabalho dos trabalhadores, e mais tarde com o trauma das grandes guerras mundiais, com os seus campos de concentração, com as suas bombas atómicas e com milhões de vidas ceifadas no decorrer das inúmeras batalhas. É neste contexto posterior às guerras que os intelectuais e os políticos da época fazem renascer os valores humanistas. Estes renascem das cinzas de um mundo devastado e caótico. Os valores ressuscitados permitem-nos distinguir o antes e o depois do horror provocados pelas guerras mundiais.

É neste contexto que todos os políticos e intelectuais tentam, *a posteriori*, colocar-se como barreiras para evitarem uma nova barbárie. É por isso que nasce na segunda metade do século XX a utopia cibernética – a utopia da informação.

A. Algumas considerações sobre as Tecno-utopias

Esta tecno-utopia deseja uma reforma do ser humano, e possui uma projecção evolutiva superacelerada, ou seja, o ser humano só irá conseguir evoluir através do uso da tecnologia e da ciência, pois estas realidades fazem parte da sua realidade enquanto espécie. Por isso a ciência e a tecnologia redefinem-se como uma só, desta forma adquirindo a capacidade de transfigurar o devir das sociedades humanas. Hoje em dia, “estão criadas algumas das condições tecnocientíficas para modelar o Homem segundo princípios da sua tecnologia, que definem não apenas uma axiologia alternativa (eficiência versus humanismo), mas até mesmo uma ontologia tecnocêntrica em nome daquilo que se pode chamar uma “tecnoutopia trans-humanista” (Alves, 2009, p. 328). O

ser humano vive nas sociedades contemporâneas cercado por tecnologia e por ciência, e por isso a grande ambição é a de alcançar uma unificação do discurso e prática científica, de forma a ultrapassar “o reducionismo positivista das grandes descrições científicas (como a teoria da evolução por selecção natural), efectivamente eliminando a ramificação das tecnologias NBIC (nanotecnologia, biotecnologia, tecnologia da informação e ciências cognitivas), num movimento centrípeto cujo centro ideológico é um novo ser humano” [6].

As tecnologias de informação ocupam um lugar de extrema importância na sociedade contemporânea. A construção deste sistema tecnológico e científico de informação e comunicação é fulcral para a vida na contemporaneidade, já que na realidade existem redes muito complexas devido à sua grande interdependência a nível global, principalmente nos campos militar, mediático e financeiro. Esta rede de saberes é mediada eletronicamente, nomeadamente através de uma vasta gama e rede de computadores interligados, que analisam ao segundo os fluxos informacionais referentes às empresas cotadas em bolsa.

As tecnologias de informação e comunicação possuem um papel fulcral no desenvolvimento sustentável societal, pois é através delas que administramos a informação sobre as mercadorias e os serviços a um nível global. As tecnologias de informação e comunicação permitem em simultâneo a gestão, o acesso e o controlo de um conjunto de sistemas técnicos e sociais.

É bastante óbvio que a forma como exploramos os recursos naturais e os recursos sociais não é sustentável, o nosso modelo de exploração apresenta sérias lacunas. Este sistema cria bastantes problemas que se adicionam ou sobrepõem aos riscos naturais. Este sistema de exploração a que comumente intitulamos de capitalismo, arrasta consigo graves problemas éticos, pois este sistema mobiliza de forma uniforme todos os recursos sociais existentes, mas não assegura um bem-estar equitativo; os efeitos negativos deste sistema de exploração ficam socialmente partilhados, mas a capacidade de os minorizar fica dependente da distribuição da riqueza.

Tal como afirma Artur Jorge Alves, investigador da Universidade Nova de Lisboa, *“uma verdadeira sustentabilidade teria de ser homeostática, assegurando que os produtos saídos do sistema metabólico das sociedades não poriam em risco a existência temporalmente indefinida do equilíbrio do sistema. Um modelo verdadeiramente sustentável teria a função de limitar o crescimento “produtivista” e implantar um conjunto de práticas que pudesse restabelecer um “estado estacionário em termos biofísicos”, e nunca a continuação indefinida de um crescimento económico, que não faz mais do que reapropriar-se das sinergias que a própria tecnologia pode criar”* (Alves, 2009, p. 330).

Desta forma, podemos dizer que as tecnologias da informação e da comunicação possuem duas funções muito importantes ao nível social, pois permitem transmitir informação sobre o estado do sistema tecnológico global e permitem também de forma contígua que os cidadãos supervisionem as formas de distribuição da riqueza criadas pelas classes dominantes, e de certa forma servem para supervisionar o poder político e o poder económico, ou seja, a tecnologia pode/deve servir de contrapoder. Uma das grandes

mutações sociais e simbólicas que as tecnologias de informação e comunicação perpetuaram, foi a criação de uma cibercultura. Esta cibercultura é uma forma alternativa de presença e *“que ganha expressão suficiente para se tornar, por sua vez, um dos requisitos relacionais da experiência contemporânea”* (Alves, 2009, p. 331).

Esta cibercultura expressa a passagem da existência humana para um nível artificial, onde a tecnologia deixa de ser uma extensão para passar a ser parte constitutiva do aparelho *“cognossensorial pós-orgânico do ser humano”* (ibidem). Neste sentido, a cibercultura é apresentada como um pós-humanismo de carácter informático e informacional, sobretudo quando se cruza com a cultura de massas e as telecomunicações.

Esta vaga do pós-humanismo pode ser vista como solidamente instalada, mas ainda não terminada onde podemos fazer a seguinte constatação *«we are so surrounded by gadgetry that it is sometimes hard to tell where devices end and people begin»* (Clausen cit in Alves, 2009, p. 331). Podemos afirmar que a tecnologia possui um papel preponderante na transformação da sociedade. Esta transformação pode ocorrer de várias formas, nomeadamente através da interação entre política, sociedade e tecnologia. Mas devemos deixar cair a crença idílica de que a tecnologia por si só resolverá todos os nossos problemas, revitalizando a política e os seus processos e também emancipando e libertando os indivíduos de todos os constrangimentos sociais. A tecnologia, tal como a ciência, depende de um acumulado de processos extremamente complexos e por isso tanto a tecnologia como a ciência não possuem uma relação direta com o progresso social.

A tecnologia possui um grande valor para o desenvolvimento societal. Este processo pode ocorrer de forma evolutiva através do progresso tecnológico, ou através da interação entre tecnologia, política e sociedade. Devemos evitar cair na crença idílica onde a tecnologia surge como força revitalizadora de todos os processos político-sociais e que serve também para a emancipação dos sujeitos. Esta ideia demonstra uma fé cega na tecnologia e na ciência e pode até ser nociva para a sociedade. O pensamento tecno-utópico mostra muitas vezes uma relação directa entre tecnologia e progresso, mas esta ideia é idílica e deve por isso ser desconstruída.

Nós académicos devemos colocarmo-nos numa posição crítica relativamente a esta matéria, pois a tecnologia deve ser inserida na sociedade progressivamente e através de um processo ético e político. Hannah Arendt tem uma posição bastante crítica em relação à tecnologia, pois na visão de Arendt o ser humano é escravo do sistema tecnológico, já que este possui uma função arregimentadora e vai constranger a liberdade humana, já que a tecnologia transforma tudo em meios para um progresso idealizado. A tecnologia não está por assim dizer programada para a resolução dos processos sociais e políticos, pois não está estruturada em torno de um projecto humanista, já que o *“critério de avaliação não é de forma alguma a utilidade e o uso, mas a “felicidade”, isto é, a quantidade de dor e prazer experimentada na produção ou consumo das coisas”* (Arendt cit in Alves, 2009 pág. 332,). Existe desta forma uma glorificação do processo de produção e

de consumo, este processo corresponde à derrota do homo faber, ou seja, assistimos à passagem do princípio de utilidade para o da perpetuação e expansão da sociedade de consumo e desta forma esvai-se a utopia.

Utopia Comunicacional

A tecno-utopia aspira à perfeitibilidade do mundo através da implementação das novas tecnologias no mundo, vendo nestas a solução para todos os problemas sociais. A utopia tecnológica é anti-histórica já que a humanidade nunca teve tanta tecnologia e conhecimento à sua disposição. É por isso que a ‘revolução’ tecnológica apresenta-se sem paralelo.

A atual utopia informacional tem origem na teoria da informação. Esta teoria desenvolvida durante o século XX, por autores como Wiener e Turing, nos seus textos mostraram o desejo de ver as suas criações ajudar a humanidade a alcançar uma vida melhor, uma vida mais harmoniosa. A teoria da informação, tal como a teoria da computação foram absolutamente fundamentais para o desenvolvimento tecnológico do século XX, estas teorias possuem um fundo político-social. Os valores deste fundo político-social são valores humanistas que têm por objetivo o melhoramento dos métodos comunicacionais do mundo. Os teóricos acima referidos acreditavam que se melhorássemos os nossos métodos comunicacionais em todo o mundo seria muito mais fácil evitar a guerra. Já que em teoria, se os povos pudessem estar em comunicação permanente e fácil, talvez os povos pudessem alcançar “*o que até então não se tinha conseguido novas formas de união e concórdia, em que o sofrimento de uma parte da humanidade seria tido como uma ofensa à restante. Em suma, uma nova “aldeia global”, em que a fraternidade e o sentimento de igualdade dariam um brilho real ao conceito de paz mundial e de liberdade para todos.*” [6]. Todos estes conceitos têm origem num racionalismo iluminista e por isso equacionam a educação universal e com isso uma maior emancipação do ser humano, tudo isto aliado a uma sociedade altamente industrializada e esclarecida.

É “*aquilo que se chamaria “determinismo evolucionista”, corrente que teria um impacto formidável no estudo da sociedade após a nova distribuição social, política e económica do século XIX. Nesta base se constrói um novo sistema. Na nova estrutura, o cientista, tal como o operário, é separado dos seus próprios meios de produção essenciais e, em última análise, torna-se um assalariado, também em risco de alienação*” [3]. A produção científica está adscrita às grandes empresas mundiais e aos Estados. Este facto é considerado como fulcral na condição de desenvolvimento de possibilidades nocivas para a sociedade, tal como aconteceu com o projeto Manhattan que criou a bomba atômica, tal como aconteceu com os campos de concentração, são estes factos históricos que vão originar o discurso de crise, que a partir da escola de Frankfurt dominam a reflexão filosófica sobre tecnologia e sobre as consequências desta na vida quotidiana de todos os seres humanos, “*esta relação entre o advento da Modernidade, a ciência, a tecnologia e a ação humana levou a uma espécie de homogeneização metafísica-ideológica do mundo, mormente no campo da linguagem, que se deseja tão*

unívoca e matematizada quanto possível” [2]. O entusiasmo que se gerou em relação às possibilidades organizacionais e racionais das tecnologias de comunicação dessa época foi enorme, pois a digitalização dos canais de comunicação possui uma vertente profundamente racionalista e humanista, já que viam nestas os instrumentos do futuro. De facto, estes canais de comunicação juntamente com o computador e as redes interligadas de computadores mudaram o mundo, pois criaram uma noção unificadora de comunicação e informação, e desta forma, a comunicação tornou-se um valor moral superior para a comunidade humana mundial.

Diálogos entre Utopia e Política

O questionamento da política não pode ser feito de forma puramente lógica, é fundamental conhecer o contexto no qual nos inserimos, e com base nesse mesmo contexto interrogar o homem político. O fundo da política está repleto de profundos contrastes e por isso é redutor colocar a questão no sentido estritamente lógico, embora este nunca possa ser excluído da equação. Esta redução da política ao campo racional pode ter consequências negativas para a sociedade.

A política é um campo bastante complexo da existência humana, onde se movem forças muito poderosas da sociedade. A utopia por seu lado ilumina os conceitos políticos numa perspectiva teórica. A utopia é a descrição da sociedade da virtude e da perfeição. A utopia é uma tecnologia ficcional que pode ser aplicada à sociedade como um todo. Esta tecnologia ficcional serve para reinventar a nossa vida comunitária, no sentido de lhe dar esperança no futuro. A utopia foi sempre aperfeiçoada pelas leis, pela medicina, pela divisão do trabalho, pelos costumes etc. As leis e as regras sociais não eliminam a ação política, pois estas são feitas para todos os indivíduos de uma sociedade, e dão forma a um conjunto de práticas sociais muito complexas, muito díspares e também sujeitas a profundas mudanças. É um erro muito profundo pensar um corpo legislativo como ferramenta de controlo da estabilidade, ou congelação ideológica da sociedade, porque não é possível congelar nem as pessoas nem os seus pensamentos, e também não é possível congelar a sociedade. A maior crítica que podemos fazer à utopia é de não contemplar a irrequietude humana, o inesperado, a utopia não contempla a necessidade de mudança. O projeto utópico no qual todos nós nos vemos envolvidos e que se intitula de Modernidade não está de forma alguma isento deste profundo problema, “*tal como diz Wunenburger graças à transferência da autoridade para a Lei, o corpo político liberto de toda a heteronomia, poderá, assim, tornar-se, como cada um dos seus membros, plenamente autónomo. A filosofia política tende, pois, a idealizar, desde do século XVI, o modelo de cidade autómato, capaz finalmente de se mover por si próprio, de garantir uma ordem moral e justa, sem ser dirigido do exterior por uma vontade reguladora*” [1].

O grande projeto filosófico-político era fazer coincidir a vontade do governo dessa cidade com o Bem comum e que essa cidade fosse governada por filósofos e que estes fabricassem leis tão perfeitas que jamais precisassem ser alteradas. A árdua tarefa do estado é assegurar a estabilidade da sociedade e garantir ao mesmo tempo que é respeitada a vontade desse mesmo coletivo. A construção da utopia visa

Identify applicable sponsor/s here. If no sponsors, delete this text box. (sponsors)

libertar as amarras da sociedade, porque cada momento social se apresenta com muitas encruzilhadas às quais é necessário responder e reagir. Uma sociedade congelada por cristalizações utópicas está condenada ao desaparecimento, mas a utopia continua a ser uma forma modificadora da sociedade, isto é, se ela evoluir também e não se cristalizar no tempo, e por isso é fundamental sonhar com universos alternativos utópicos.

Tecnologia e utopia

A utopia é um conceito idealizado por inúmeros pensadores, mas que nunca poderá ser possível de levar à realidade, tal como se pensou e se escreveu, porque a utopia é um sonho coletivo. Este sonho pode no entanto metamorfosear a realidade, já que a utopia estimula o desenvolvimento social, pois as utopias de hoje já não são as mesmas que existiram no século XX. Todos sabemos que o desenvolvimento da técnica eletrónica não é condição para o desenvolvimento de um sistema acérrimo de controlo e repressão política, pois a história conheceu ao longo do seu curso várias técnicas de controlo e disciplina social (polícia, censos, arquitetura das cidades), mas as potencialidades da tecnologia da segunda metade do século XX até ao século XXI conseguem encerrar uma série de perigos sociais, pois o atual poder político e económico mundial tem a possibilidade de construir um verdadeiro estado de controlo, por vezes até bastante próximo das ficções literárias distópicas.

É necessário um sujeito, ou conjunto de sujeitos (governo), que ativem a técnica para um determinado rumo. Este governo/sujeito legitimado é aquele que surgiu depois do 11 de Setembro, o governo que se constituiu como protetor dos perigos da pós-modernidade e do terrorismo, e são estes novos perigos que vieram legitimar, por parte deste governo protetor, a ativação de novos mecanismos de vigilância e de controlo. É esta nova ativação que se torna a apresentar como distópica.

Mas são os sujeitos que podem inverter a situação/tendência. Os indivíduos podem limitar o controlo que lhes é imposto por parte dos Estados securitários, no sentido de estes se tornarem um contra poder, podendo manifestar-se de forma artística (cinema), ou através de movimentos sociais que alertem para o perigoso uso da tecnologia de vigilância na vida quotidiana. As pessoas podem também virar as tecnologias contra aqueles que as controlam (como fazem os *hackers*). Aliás, até o próprio estado securitário teria problemas na gestão da informação que recolhe, porque estaríamos a falar de triliões de dados, portanto, a sociedade de controlo teria logo esse problema inicial.

Perante este novo cenário distópico, está em causa a consciência crítica dos indivíduos, os quais não podem/devem ser considerados como figurantes, mas sim como um reduto de resistência e assumirem e entenderem que a tecnologia traz consigo algo mais do que o simples progresso.

Torna-se por isso necessário termos consciência do papel da tecnologia no controlo social. E quanto aos imensos micropoderes tecnológicos, estes devem ter a noção e assumir que nem tudo o que pode ser feito será feito. Existe por isso uma auto-limitação do agir humano no que a tecnologia diz respeito. Terá que existir por parte dos visados da sociedade de controlo, um contra controlo. O cenário requer cuidado e

precaução, requer uma responsabilidade ética de resistência e uma consciência afinada das possíveis consequências do progresso técnico. É necessário os sujeitos ativarem o seu modo de controlo, para poderem controlar melhor aqueles que controlam (governo securitário), pois estes também estão inseridos no espaço técnico onde se exerce esse controlo. Tal como diz William Burroughs, é tempo de *observar o observador a ser observado*. O futuro parece decidir-se mais na responsabilidade, na sensatez e na sensibilidade humana, do que na ideia de progresso tecnológico. Edgar Morin, no seu livro intitulado, *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*, de 1999, reflete sobre a importância da educação simultaneamente de índole humanista e científica, para a construção de uma sociedade de futuro, na qual a Humanidade se constitua como “*comunidade planetária*” essencial para que “*as relações humanas saiam do seu estado bárbaro de incompreensão*”.

Em conclusão, tal como nos diz Fritz Lang, no filme *Metropolis*, o “*mediador entre a cabeça e as mãos deve ser o Coração*”. E por isso é necessário ligar uma paixão utópica a uma política prática é fulcral para o desenvolvimento social.

Os desejos utópicos precisam de ser contrapostos a algo (realidade vivida), e sem o impulso utópico a política torna-se vazia e amorfa. Parece-nos que é possível expandir a utopia, através da ação política, esta deve colocar o primado na responsabilidade social, na ética e no respeito pelos direitos humanos. Sem solidariedade na responsabilidade pelos outros não é imaginável qualquer tipo de reviravolta abrangente na história da humanidade. A transformação da civilização humana para superar a crise é um imperativo que carece do estabelecimento de uma ética global, e por isso é crucial existir uma consciência ética profunda por parte de todos os seres humanos, para que tenhamos uma consciência planetária da humanidade. A condição histórica presente possui uma grande perspectiva utópica, pois esta exige uma nova postura ética. Esta nova ética tem de ir ao encontro de uma ética mundial dos povos. Os seres humanos são hoje chamados a assumirem a sua co-responsabilidade do seu futuro através de uma formulação ética e democrática para todos. Resta-nos, portanto, assumirmos a incerteza perante o futuro, mas ao mesmo tempo criarmos uma nova ética de responsabilidade para que possamos interferir no futuro, mas sem a ilusão de o podermos determinar. O homem tem a capacidade de colocar em risco a vida no planeta, mas ao mesmo tempo também tem a capacidade para preservar essa mesma vida. Para enfrentarmos as incertezas do futuro precisamos imaginar um universo alternativo da realidade, necessitamos imaginar - a utopia.

REFERENCES

- [1] Alves, A, “Criador e Criatura: o papel das tecnologias da informação e comunicação no novo contexto das tecnologias emergentes.”, 2009 <http://nan.unl.pt/bitstream/10362/5879/1/Criador%20e%20Criatura1.pdf>
- [2] Araújo, R, “A Utopia e a Antiutopia Contemporânea: a utopia da cidadania planetária e a antiutopia da sociedade de consumo”, 2008 http://www.sapientia.pucsp.br/tdc_busca/arquivo.php?codArquivo=8210
- [3] Burroughs, W, *A Revolução Eletrónica*. Lisboa: Vega. Columbia University Press. Criticism. London: Greenwood Press, 1994.

- [4] Morin, E, Os Sete Saberes para a Educação do Futuro. Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
- [5] Arendt, H, Compreender: Formação, Exílio e totalitarismo. Trad. Denise Bottmann . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- [6] Löwy, M, A Teoria da Revolução no Jovem Marx. Petrópolis: Vozes, 2002.
- [7] Minayo, M, Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.